

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas
Curso de História Bacharelado



Trabalho de Conclusão de Curso

**APONTAMENTOS SOBRE OS PROCESSOS TRABALHISTAS DO COLÉGIO
SANTA MARGARIDA (1962-1991): O CASO DOS PROFESSORES**

Thayná Vieira Marsico

Pelotas, 2019

Thayná Vieira Marsico

**APONTAMENTOS SOBRE OS PROCESSOS TRABALHISTAS DO COLÉGIO
SANTA MARGARIDA (1962-1991): O CASO DOS PROFESSORES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de Ciências Humanas da
Universidade Federal de Pelotas, como
requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em História.

Orientadora: Professora Doutora Lorena Almeida Gill

Pelotas, 2019

Thayná Vieira Marsico

Apontamentos sobre os Processos Trabalhistas do Colégio Santa Margarida (1962-1991): o caso dos Professores.

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado, como requisito parcial, para obtenção do grau de Bacharel em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 18/12/2019

Banca examinadora:

Professora Doutora Lorena Almeida Gill (Orientadora) Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Professor Doutor Aristeu Elisandro Machado Lopes, Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Professora Doutora Giana Lange do Amaral, Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço a minha mãe Dani Beatris, mulher de fibra, que sempre esteve ao meu lado e nunca deixou de acreditar em mim e nos meus sonhos, sendo fundamental na minha formação moral, me passando valores que jamais esquecerei.

Agradeço também à minha avó Elaine, a qual dedico este trabalho, professora, trabalhadora, uma mulher doce que sempre lutou dentro e fora da profissão, buscando passar o melhor exemplo aos seus filhos, minha mãe e meu tio.

Agradeço também, aos demais familiares, que de alguma forma estiveram ao meu lado torcendo por mim, meu avô Denilo, meus tios Tiago e Paula, a minha cunhada Diovana e aos meus amados irmãos Diann e Thamiris, que mesmo de longe, apoiaram-me incondicionalmente na escolha da minha profissão.

Agradeço também, ao meu companheiro da vida, José Cândido, que já me acompanha a tantos anos, com o qual aprendi muito e continuo aprendendo.

Aos meus queridos amigos, sejam da minha cidade natal, São Gabriel/RS, sejam os que fiz em minha nova morada, Pelotas/RS, por todo o apoio e incentivo.

Aos professores dessa instituição, que só me fizeram crescer como pessoa, ao me deparar com a imensidão de diferenças, me ensinando a cada dia uma nova lição.

E por último, a todos aqueles, que de alguma maneira fizeram parte da minha formação, e se entusiasmaram tanto quanto eu, na nova trajetória que seria minha vida.

*Somos o que pensamos. Tudo o que somos
surge com nossos pensamentos. Com os nossos
pensamentos, fazemos o nosso mundo.*

Buda

Resumo

MARSICO, Thayná Vieira. Apontamentos sobre os Processos Trabalhistas do Colégio Santa Margarida (1962-1991): o caso dos Professores. 2019. 39f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História Bacharelado) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

O presente estudo é o resultado de um levantamento feito acerca dos processos trabalhistas de 1962 à 1991, envolvendo os professores do Colégio Santa Margarida. Iniciado no ano de 2018, sua realização contou com uma bolsa de extensão executada junto ao Núcleo de Documentação Histórica da UFPel. Os processos analisados demonstraram perspectivas, a respeito do caráter empresarial da escola e conseqüentemente as demandas trabalhistas vindas dos professores como funcionários. O objetivo principal deste trabalho, foi a realização da análise quantitativa destes processos no Colégio Santa Margarida, tendo em vista as condições de trabalho desses professores, através da investigação das demandas e dos perfis dos trabalhadores da instituição, delimitando o seu tempo, gênero, reclamações contidas nos processos e a sua resolução, a fim de evidenciar o potencial dessas fontes. A escolha do objeto de estudo foi determinada pelo acúmulo de um número considerável de processos ao longo dos anos disponíveis no acervo da Justiça do Trabalho. A perspectiva no futuro, é construir novas discussões sobre o direito laboral, ou seja, a relação empregado e empresa, para que possam ser cada vez mais explorados dentro desses espaços de ensino, que são pouco abordados na história do trabalho.

Palavras-chave: História do trabalho. NDH. Processos. Professores. Colégio Santa Margarida.

Abstract

MARSICO, Thayná Vieira. Notes on the Labor Processes of Santa Margarida School (1962-1991): the teacher's case. 2019. 39f. Undergraduate final paper (Bachelor of History Degree) - Institute of Human Sciences, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2019.

The current study is the outcome from an investigation regarding labour processes from 1962 to 1991, involving teachers of Santa Margarida School. Started in 2018, its accomplishment was possible through an extension scholarship executed along the UFPel Historical Documentation Centre (NDH). The explored processes shown new perspectives concerning the school business profile, thus the labour demands coming from the teachers as employees. The main purpose of this work was the quantitative analysis of these processes at Santa Margarida School, considering the working conditions of these teachers, through the investigation of the demands and profiles of the institution's workers delimiting their time, gender, complaints incorporated in the processes and their resolution in order to evidence the potential of these sources. The object of study selection was determined by the accumulation of a substantial number of processes over the years from available in the Labor Justice acquis. The perspective in the future is to develop new discussions on labour rights, i.e. the relationship between employee and organization, hence increasing the discussion of these matters within these spaces, which are scarcely addressed in the history of labour.

Keywords: Labour History. NDH. Process. Teachers. Santa Margarida School.

Sumário

Introdução	09
O Núcleo de Documentação Histórica da UFPel	10
O Colégio Anglicano Santa Margarida	13
1. A Produção Historiográfica Vinculada ao Mundo do Trabalho	16
1.1 Produções do Mundo do Trabalho	16
1.2. A criação da Justiça do Trabalho e a Consolidação das Leis do Trabalho	20
1.3. Santa Margarida no contexto histórico Varguista	22
1.4. Produções que abordam o Colégio Anglicano Santa Margarida	25
2. Análise dos Processos Trabalhistas	28
Considerações finais	34
Referências	36
Leituras Complementares	38

INTRODUÇÃO

Este trabalho teve seu início no segundo semestre do ano de 2018, quando trabalhava como bolsista de extensão no Núcleo de Documentação Histórica da UFPel (NDH). Após desenvolver um projeto voltado à organização do arquivo, deparei-me com o desafio de iniciar um novo projeto, mas agora voltado à pesquisa. Dessa forma, busquei uma nova temática e notei que até então, nenhum trabalho relacionado às instituições de ensino na cidade de Pelotas havia sido desenvolvido dentro do Núcleo. Assim, iniciei um levantamento no banco de dados da Justiça do Trabalho (JT), resultando em aproximadamente 300 processos relacionados à temática. Entre as instituições que mais se repetem no levantamento final, além do Colégio Anglicano Santa Margarida, vemos instituições públicas e privadas, como o Colégio Gonzaga, a Escola Técnica Federal, a Escola de Belas Artes, o Colégio São José, o Colégio Salis Goulart, dentre outras que não apresentam tanta frequência.

Logo percebi que o Colégio Anglicano Santa Margarida possuía o maior número de processos trabalhistas no levantamento final, entre a primeira e segunda vara. Optei pelo Colégio Santa Margarida, pois entre sua trajetória processual de quarenta anos, encontrei mais de quarenta processos envolvendo questões trabalhistas relacionadas à escola. Evidentemente que nem todos se tratavam de ações entre professores e o educandário, mas ainda assim, a análise quantitativa se daria através dele. Dentro desse universo que são as demandas trabalhistas, fiz uma investigação profunda para conhecer mais a respeito do Colégio, pois até o momento só tinha contato com a escola através do levantamento previamente feito a partir do banco da JT. Para a minha grata surpresa, ao saber mais sobre o Santa Margarida, descobri que este havia sido o primeiro espaço institucional que eu estive em Pelotas, à Rua Padre Anchieta, número 1274. Por acreditar que nada é por acaso, senti-me ainda mais entusiasmada para conhecer o “Santa”.

Procuro nesse trabalho iniciar novas discussões acerca das demandas trabalhistas que envolveram esta instituição escolar. O foco foram os professores, os quais tanto admiro e respeito, pelo ofício de ensinar e pela perseverança ao enfrentar as adversidades dessa profissão que, por vezes, sofrem com a desvalorização e a banalização do ensino. Contudo, neste ano de 2019, tive a oportunidade de apresentar um trabalho acerca de um processo envolvendo o Santa Margarida e seus funcionários. Nesse caso, a figura dos professores ficou de

fora. A ação escolhida destacou-se, pois, tratava-se de um processo plúrimo, totalizando vinte e quatro funcionários. Ainda, neste trabalho discuti o papel do Sindicato, como representante dos empregados¹.

Para o entendimento sobre o tema proposto, durante o trabalho abordarei pontos que farão parte da construção da temática, para depois analisarmos os processos. Com isso, é necessário conhecermos os espaços em que o estudo se desenvolveu, tanto no campo da pesquisa, como o nosso objeto de análise. A ideia é conhecer mais sobre o início do trabalho no Núcleo de Documentação Histórica da UFPel, além de um breve histórico sobre o Colégio Anglicano Santa Margarida, para que posteriormente possamos discutir as produções feitas acerca da escola, debatendo conceitos que permeiam a proposta, seguido de uma análise quantitativa e partindo para as considerações finais.

O trabalho abrange desde a década de 1960 até o início da década de 1990, e busca o debate inicial sobre as relações de trabalho entre a administração da escola, vinculada à Igreja Anglicana e a figura do professor como funcionário. Essas perspectivas serão desenvolvidas a partir do trabalho com as fontes, nesse caso os processos da JT, nos levando a compreensão das questões que afetaram a instituição no tocante ao seu quadro financeiro, consequência das escolhas feitas pela administração escolar, um dos motivos que podem ter levado ao fechamento da escola no ano de 2005.

O NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA UFPEL

O Núcleo de Documentação Histórica da UFPel (NDH) é um centro de documentação e pesquisa responsável por armazenar e proteger uma importante parcela das documentações trabalhista e afins. O NDH vem há 29 anos desenvolvendo o trabalho de salvaguarda de documentação, iniciada com arquivos referentes à própria Universidade. Tal ideia foi construída a partir da ascensão ao cargo de reitor, do médico Amilcar Gigante que, preocupado com a dispersão de documentos, provocou a professora Beatriz Ana Loner para que construísse um

¹Tal estudo pode ser acessado nos Anais do VI Congresso de Extensão e Cultura da Semana Integrada. MARSICO, Thayná Vieira. O Núcleo de Documentação Histórica da UFPel como um espaço de extensão, ensino e pesquisa: um estudo sobre o Colégio Santa Margarida. In: Semana Integrada UFPel, 5, 2019, Pelotas. Anais VI Congresso de Extensão e Cultura: Ed. da UFPel, 2019. 210 p.

lugar de memória que recolhesse e catalogasse documentação existente em várias unidades da UFPel. Com o tempo o projeto foi se modificando, tendo em vista o desenvolvimento de um maior número de pesquisas relacionadas ao mundo do trabalho, sendo este acervo preponderante no cenário atual. Alguns anos após a constituição do NDH, em 1994, foi lançada a primeira edição do periódico “*História em Revista*”, que tinha como objetivo observar temáticas como o cotidiano, os movimentos sociais, a imigração, o gênero e o mundo dos trabalhadores. O periódico, que serve como base para divulgar a produção existente, possui 25 volumes publicados com o incentivo da UFPel sendo ampliada, a todo o ano, com dois novos números.

Assim sendo, o NDH virou um referencial para a preservação de materiais em suporte papel, na cidade de Pelotas, muitas vezes superior a seu espaço físico e possibilidades de tratamento, mas que são aceitos, pois a outra opção seria, simplesmente, a eliminação física desses documentos. Com isso, cedo atraiu para si a responsabilidade da guarda de numerosos acervos particulares, de pessoas que queriam “limpar” suas casas, e lá iam depositar revistas, jornais, boletins e documentos particulares, especificamente aqueles oriundos de movimentos sociais e sindicais, revistas e jornais alternativos e documentação de eleições e movimentos partidários (LONER; GILL, 2014. p. 112-113).

No ano de 2001, o NDH recebeu o seu primeiro arquivo da área trabalhista, o acervo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul (DRT/RS), proveniente da UFRGS, que não dispunha de local adequado para mantê-lo e, por isso, o repassou à UFPel. Tratam-se de mais de 627.000 fichas de qualificação profissional, conhecidas também como ficha-espelho (LOPES, 2015), reunindo documentação de trabalhadores de várias cidades do Rio Grande do Sul. No ano de 2007, a DRT/RS conquistou seu Banco de Dados, para inserir informações referentes às fichas que estavam sob sua guarda, melhorando o acesso aos pesquisadores e bolsistas no tocante à pesquisa. Através das fichas de qualificação é possível traçar o perfil dos trabalhadores registrados na cidade de Pelotas e região. Esses dados servem de base para diferentes pesquisas no campo da história do trabalho.

Já no ano de 2005, por meio do regime de comodato, foi incorporado outro importante acervo, isto é, a documentação da Justiça do Trabalho, da região de Pelotas. A primeira remessa de documentos foi recebida e acondicionada para fins de pesquisa. Nela é possível identificar processos trabalhistas abrangendo desde os anos de 1936 a 1995, sendo mais tarde em 2011, a chegada de uma segunda

remessa, reunindo documentos até os anos de 1990, bem como processos que ainda não haviam sido encerrados referentes a remessa anterior, criando-se assim o Arquivo da Justiça do Trabalho (JT). O arquivo é bastante extenso e substancial, sendo capaz de acomodar mais de 103 mil documentos referentes apenas a primeira remessa. Já a segunda remessa alcança mais de 200 caixas, estas, acomodadas em diferentes espaços do Núcleo, porém sofreram uma grande mudança no ano de 2018, já que seu acondicionamento precisava de mais atenção². Através dessas fontes também se constrói um vínculo com a comunidade, já que esta consegue acessar os documentos, por exemplo, para fins de aposentadoria e pedidos de dupla cidadania, causa disso, se dá pela disponibilização e retirada dos processos através de cópias autenticadas oferecidas de forma gratuita pelo NDH.

Seguindo com a linha de projetos desenvolvidos, no ano de 2010, mais um acervo foi incorporado ao Núcleo, referente à documentação da Laneira Brasileira Sociedade Anônima Indústria e Comércio, uma fábrica de lã, que esteve em atividade até o ano de 2003 na cidade de Pelotas/RS. Este acervo tem como objetivo manter a memória dessa instituição que foi o cenário da vida de muitos trabalhadores, mantendo-o higienizado e acessível para consulta.

Para a organização de tão ampla documentação disponível ao alcance de todos, foi construído um Banco de Dados *online*³, onde é possível acessar todo material de forma gratuita. O projeto teve início em 2015, a partir da atuação de um aluno da Ciência da Computação, Matheus Freitag, que atendeu as necessidades do curso de História e desenvolveu este *software*. Após a criação deste Banco, foi possível estabelecer um meio de buscas mais acessíveis à documentação, já que o pesquisador pode ler os resumos publicados e trabalhar através dos filtros ao reunir os documentos que são de seu interesse. O Banco de Dados da JT é um dispositivo simples, a partir do qual o bolsista insere informações sobre cada um dos processos trabalhistas, como o nome do trabalhador envolvido no processo, estado civil (solteiro, casado, divorciado, viúvo, separado e companheiro), nacionalidade,

² Esse trabalho foi desenvolvido durante a execução de uma bolsa de extensão e pode ser conferido nos Anais do IV Congresso de Extensão e Cultura, onde discorro sobre o processo de realocação e guarda desse material, sendo o primeiro passo para a construção deste estudo, já que foi meu primeiro trabalho de guarda envolvendo os conflitos trabalhistas. MARSICO, Thayná Vieira. Núcleo de Documentação Histórica: O acervo da Justiça do Trabalho. In: Semana Integrada UFPel, 4, 2018, Pelotas. Anais V Congresso de Extensão e Cultura: Ed. da UFPel, 2018. 386 p.

³ Endereço eletrônico do banco de dados *online*: <http://bancodedadosndh.com.br/>

endereço, gênero, idade, profissão, se recebeu o benefício da justiça gratuita, se é alfabetizado, e por último, o número da carteira de trabalho profissional. Em um segundo momento são anexadas mais informações acerca do próprio documento, como o número do processo, número da caixa de origem, as datas de início e fim, para então, depois de feita a leitura dos autos, ocorra o desenvolvimento de resumos feitos pelos bolsistas, os quais seguem uma escrita padronizada ao revelar, especialmente as demandas existentes. Ainda, é preenchido qual a natureza da ação (individual ou plúrima), o nome do juiz, a qual vara pertence, se foi arquivado, os tipo de demandantes (empregador ou empregado) e por último, qual foi sua conclusão (acordo, procedente, procedente em parte, improcedente e cancelado, quando há desistência antes da conclusão do processo). Dessa forma, é possível para o pesquisador ter um primeiro contato com essa documentação através do Banco *online*, conhecendo a essência do processo, selecionando seu código e o apresentando no NDH, para que então, o bolsista consiga identificar sua localização no acervo, para a leitura completa dos autos. Ainda, o NDH, possui um acervo documental referente ao Diretório Central de Estudantes da UFPel (DCE-UFPel), da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel (FAEM) e do Grêmio Estudantil do IFSul (antigo CEFET-RS) (GILL; LONER; VACONCELLOS, 2012).

O COLÉGIO ANGLICANO SANTA MARGARIDA

O Colégio Santa Margarida foi fundado no ano de 1934, inicialmente localizado na Rua Santa Cruz, em um prédio alugado, para mais tarde, em 1936, ser reinaugurado na Rua Padre Anchieta, número 1274, com a proposta de um prédio de arquitetura moderna, se destacando na paisagem urbana de Pelotas, onde permaneceu até o encerramento de suas atividades no ano de 2005. O Colégio era diretamente ligado à Associação Beneficente e Educacional da Diocese Meridional da Igreja Episcopal do Brasil (ABEDEM), que possuía um concílio constituído por membros da Diocese Anglicana de Pelotas que decidiam sobre as questões envolvendo o Colégio. Tal associação estava localizada à rua General

Telles, número 711, na igreja conhecida na cidade de Pelotas como Catedral do Redentor⁴.

Inicialmente o Colégio até a década de 60, foi pensado com o intuito de ser uma escola doméstica feminina, ou seja, buscava ensinar os valores da família cristã às mulheres, além de oferecer a prática em trabalhos manuais. Era constituído por um internato e um externato (VENZKE, 2011), também foi uma escola normalista, isto é, para a formação de professores, os quais retornariam para a prática da docência dentro da escola. Mais tarde, em 1941 se tornou uma escola secundária e no ano de 1958, começou a receber a presença de meninos.

Sua criação visava à expansão da Igreja no Estado, disseminando a religião anglicana, difundindo-se principalmente entre os jovens, para que os mesmos obtivessem futuros cargos de expressão dentro do cenário religioso, como os de reverendos, por exemplo. Além disso, a legislação vigente no governo provisório de Getúlio Vargas, visava o ensino facultativo da religião nas escolas públicas, deixando em aberto a questão no ensino privado, abrindo brechas para a criação de tais instituições.

O Colégio possuiu um corpo diretor extenso ao longo de seu 70 anos de história, constituído por Hedy Sergel (1934-1936); Lily Krentel Frelëchoux (1937-1938); Bernice Cartwright (1938-1939); Cândida da Rocha Leão (1939-1955); Gladys Rhein (1956-1961); Reverendo Eloy Guimarães (1962-1976); Reverendo João Assis Reis (março a agosto de 1976); Evandes Barbosa (1976-1980); Odete Barbosa (1981-1984); Sebastião Ribeiro Neto (1985-1992); Maurício Fagundes (1993-2002); Lair Coimbra (2002-2003); Reverendo Ramacés Hartwig (setembro à dezembro de 2003); Hélio Iganzy (janeiro a junho de 2004) e Sebastião Ribeiro Neto (2004-2005) (AMARAL, 2005).

Com esse breve histórico de dirigentes, podemos notar a presença de alguns reverendos no corpo diretor escolar, estabelecidos através da relação entre o concílio e a escola, pois estes reverendos eram enviados com a tarefa de dirigir o Santa Margarida, reafirmando os valores anglicanos, sendo uma conexão entre o trabalho e a Igreja. Estas decisões davam-se através de reuniões do concílio, onde eram deliberados todos os assuntos envolvendo o colégio, inclusive a escolha do diretor. Destaco que não se trata do volume de clérigos na direção escolar, mas sim,

⁴ O primeiro parágrafo foi baseado em informações contidas tanto nos escritos de AMARAL (2005), quanto nos de BICA (2006).

a aprovação que todos os diretores precisaram passar, sob o julgo dos membros da junta. Além disso, todos possuíam forte vínculo com a Igreja Anglicana, mesmo não ocupando cargos religiosos.

Entretanto, seu maior idealizador e um dos fundadores da escola, não fez parte de sua diretoria, mas esteve sempre presente no ambiente “margaridense”, o Reverendo chamado José Severo da Silva, figura respeitada e admirada dentro e forado ambiente escolar, considerado a “cara” que definia o Santa Margarida, reflexo da convivência constante do Reverendo entre os corredores do “Santa”, foi uma importante liderança, tendo influencia em diversos grupos na sociedade pelotense. Infelizmente, seu falecimento em 1941 abala as estruturas da escola e do concílio, do qual era secretário. Tal fato pode ser observado nas atas das reuniões feitas nos encontros seguintes pela junta, em que se nota que a presença do Reverendo era fundamental para a continuidade do Colégio, uma vez que o mesmo desenvolvia diversos projetos envolvendo a escola e o orfanato que dirigia, promovendo a relação das alunas internas em trabalhos voluntários com as crianças carentes (AMARAL, 2005).

O Santa Margarida ofereceu ao longo de seus anos de funcionamento diversas atividades aos seus alunos, desde o grupo de “*Bandeirantes Condor*”, até o jornal que circulava na escola, conhecido como “*O Margaridense*”. Além de atividades de grêmio estudantil, coral de instrução musical, curso de língua estrangeira, as primeiras aulas de ginastica corporal e até mesmo a utilização de “*shorts*” nos jogos de vôlei feminino, uma novidade para a época (AMARAL, 2005).

1. A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA VINCULADA AO MUNDO DO TRABALHO

1.1 PRODUÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO

A intenção nesse capítulo é trabalhar com a revisão historiográfica acerca das produções desenvolvidas no campo da história do trabalho, apresentando alguns livros que me inspiraram a desenvolver essa temática. Com isso, selecionei aqueles que possibilitaram a construção do tema sobre a qual me debrucei, exaltando sua relevância e colaboração na área. Evidentemente não será possível a assimilação de todos no trabalho, mas trata-se do início de um projeto pessoal, que é o de debater sobre as relações de trabalho no futuro.

As produções historiográficas no campo da história do trabalho possuem atualmente diversas contribuições. Destacam-se, por exemplo, os escritos de Edward Thompson, especialmente os três volumes do livro “*A Formação da Classe Operária Inglesa*”⁵ desenvolvido nos anos de 1960. Este trabalho trouxe novas perspectivas à história dos trabalhadores, pois conseguiu contemplar uma área que antes era mais voltada a questões institucionais, pautada na descrição organizacional, nos debates políticos, nos líderes e suas greves (LINDEN, 2009). Essa discussão alcançou novos patamares, iniciando debates também sobre as lutas dos trabalhadores, sendo denominada como “*Nova História do Trabalho*”. Contudo, devido ao alargamento nas discussões que permeavam a temática, novos trabalhos foram surgindo, suprimindo as outras perspectivas de discussão e ultrapassando as fronteiras do academicismo.

Outra grande contribuição para os textos sobre história do trabalho foi Eric Hobsbawm, conhecido, principalmente, por sua trilogia de “eras”, com “*A Era das Revoluções*”⁶, “*A Era do Capital*”⁷ e “*A Era dos Impérios*”⁸. Mas também, por suas colocações nos escritos envolvendo o setor trabalhista, como é o caso da “*História Operária e Ideologia*”⁹, publicado em 1989, onde o autor trabalha a distinção entre

⁵ THOMPSON, E. P. A formação da classe operária inglesa, v. I, A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

⁶ HOBBSAWM, Eric. J. A Era das Revoluções: Europa 1789-1848. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

⁷ HOBBSAWM, Eric. J. A Era do Capital. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

⁸ HOBBSAWM, Eric. J. A era dos impérios, 1875-1914. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

⁹ HOBBSAWM, Eric. História operária e ideologia. In: Mundos do trabalho. Novos estudos sobre história operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 18-9.

história militante e a história acadêmica (MATTOS, 2002). Neste texto, ele também aborda as dificuldades e limitações em relação a substituição dos conceitos que permeiam a história dos trabalhadores, ou seja, a mudança da história da classe pela história dos movimentos, sejam eles sociais ou partidários.

Estes trabalhos ficaram marcados em minha trajetória e servem atualmente como chave de leitura, nos envolvendo graças a seu dinamismo e erudição ao tratar de temáticas tão complexas, como é o caso das tradições, ótica difundida entre os projetos de Hobsbawm. Ainda, discute com coesão os movimentos de transição nos países de “terceiro mundo”, argumentando sobre processo de mundialização e o desenvolvimento da sociedade moderna, analisando desde a base das estruturas sociais, através dos preceitos marxistas (SEVCENKO, 1997).

Evidenciando produções de cunho nacional, destaco o Professor Benito Bisso Schmidt, historiador amplamente conhecido por suas contribuições na temática voltada ao mundo dos trabalhadores. O autor discute com coerência o conceito de “homem comum”, debatendo a história e organização dos movimentos operários. Além disso, é pioneiro no gênero em biografia histórica brasileira, com o livro intitulado “*Em busca da terra da promessa: a história de dois líderes socialistas*”¹⁰, desenvolvido no ano de 2004. Neste trabalho, o autor se aprofunda na metodologia a partir de “trajetórias cruzadas”, em um comparativo da vida do homem e seu lugar na sociedade trabalhista, utilizando como fonte: cartas, documentos oficiais, atas de associações de trabalhadores, e um conjunto de jornais e revistas da época. Schmidt constitui seu livro, a partir de dois personagens dialogando com as mobilizações de trabalhadores, na cidade de Porto Alegre. Nesse contexto de produções, as ações trabalhistas serviram como novo tipo de fonte, dando voz ao trabalhador, que está inserido em um regime repleto de desigualdades e censura por parte do patronado. Dessa forma, “os processos são documentos que possibilitam estudar homens e mulheres quase ausentes em outros tipos de documentos oficiais” (SCHIMIDT; SPERANZA, 2012, p. 34, apud LOPES, 2015, p. 4).

A contribuição de Ângela de Castro Gomes e Fernando Teixeira da Silva, na coordenação da coletânea dedicada à história social do trabalho, intitulada “A

¹⁰ SCHMIDT, B. B. . *Em busca da terra da promessa: a história de dois líderes socialistas*. Porto Alegre: Palmarinca, 2004. v. 1. 510 p.

*Justiça do Trabalho e sua história: os direitos dos trabalhadores no Brasil*¹¹, publicada em 2013, remontam uma análise baseada em 11 textos, que discutem as diversas facetas das relações de trabalho no Brasil, através da Justiça do Trabalho, conduzindo o discurso a partir de trajetórias individuais e coletivas de grupos dos mais diversos setores do país, enriquecendo o debate com falas de diferentes pesquisadores da área trabalhista, que buscam o entendimento sobre esses personagens, nos seus mais amplos aspectos, e as dificuldades que permeiam o trabalho dentro da justiça, fortemente pautada na articulação desses grupos.

Trabalhos como *“História do Trabalho Revisitada”*¹², sob organização dos professores Alisson Droppa, Aristeu Elisandro Machado Lopes e Clarice Gontarski Speranza renovam nossas perspectivas para a temática com a apresentação de estudos recentes. Trata-se de um compilado de textos, voltados principalmente à história do trabalho, revendo conceitos e ampliando, ainda mais, noções sobre a importância e o uso da história na atualidade. Ainda, o autor Aristeu Elisandro Machado Lopes, consegue mesclar as experiências de história do trabalho com as mídias, produzindo uma série de trabalhos, como por exemplo, as análises feitas a partir das fotografias 3x4 que constam nas fichas-espelho salvaguardadas na DRT/RS. Ademais, a professora Clarice G. Speranza é também fortemente ligada ao campo de história social do trabalho, tendo seu livro premiado pela Associação Nacional de História (ANPUH), intitulado *“Cavando direitos: as leis trabalhistas e os conflitos entre mineiros de carvão e seus patrões no Rio Grande do Sul (1940-1954)”*¹³ publicado no ano de 2014, no qual discorre sobre a busca por direitos trabalhistas, assegurados a partir dos dissídios, sendo feita uma análise sobre as leis em vigor e as demandas existentes por parte desses trabalhadores de atividade braçal e insalubre.

Outro trabalho expressivo intitulado *“Á Beira da Extinção: memórias de trabalhadores cujos ofícios estão em vias de desaparecer”*¹⁴, organizado pela

¹¹ SILVA, Fernando Teixeira da; GOMES, Angela de Castro (Org.). *A Justiça do Trabalho e sua História: os direitos dos trabalhadores no Brasil*. 1. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013. v. 1. 528 p.

¹² LOPES, A. E. M. (Org.); DROPPA, A. (Org.); SPERANZA, C. G. (Org.). *História do Trabalho Revisitada: Justiça. ofícios, acervos*. 1. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2018. v. 1. 298 p.

¹³ SPERANZA, C. G. . *Cavando direitos: as leis trabalhistas e os conflitos entre os mineiros de carvão e seus patrões no Rio Grande do Sul (1940-1954)*. 1. ed. São Leopoldo: Oikos - Coleção ANPUHRS, 2014. 295 p.

¹⁴ GILL, L. A ; SCHEER, M. I. (Org.) . *Á beira da extinção: memórias de trabalhadores cujos ofícios estão em vias de desaparecer*. 1. ed. Pelotas: Editora UFPel, 2015. v. 1. 128 p.

Professora Doutora Lorena Almeida Gill e pela doutoranda Micaele Irene Scheer, apresenta trabalhos de pesquisa realizados desde o ano de 2009 no NDH envolvendo a análise documental e a metodologia de história oral. O trabalho exalta a importância de ofícios já em suas últimas gerações, ou mesmo esquecidos, devido à massificação tecnológica vigente, rememorando trajetórias de figuras da cidade de Pelotas e região. Além disso, a inserção de fotografias ao longo do texto torna a leitura prazerosa, nos colocando mais perto do entrevistado. Por trabalhos deste cunho, que a história do trabalho vai se ressignificando, mesmo em dias tão turbulentos como os que vivemos, sendo uma maneira de repensar o estudo na área integrando novas metodologias, como nesse caso.

Falando de outras produções que se desenvolveram através de pesquisas no NDH, podemos destacar o trabalho de conclusão de curso de Jéssica Bitencourt Lopes, com o título “*A indústria têxtil e de vestuário A.J. Renner e seus trabalhadores no acervo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul (1933-1943)*”¹⁵, já que ela discute junto às fichas de qualificação profissional, a relação de trabalho dentro das indústrias Renner, desenvolvendo sua pesquisa através do levantamento feito no banco de dados, apresentado no ano de 2018. Ainda, podemos ressaltar o trabalho de Mônica Renata Schmidt, chamado “*Em busca dos direitos: Os processos trabalhistas iniciados pelos trabalhadores contra o Frigorífico Anglo de Pelotas-RS, 1943-1945*”¹⁶, trata-se de um trabalho que busca levantar as demandas dos trabalhadores de uma empresa que perdurou por muitos anos na cidade de Pelotas, defendido em 2014. Por último, vale lembrar a contribuição de Jordana Alves Pieper, com sua dissertação chamada “*As experiências dos operários têxteis da fábrica Laneira Brasileira em Pelotas /RS (1980-1988)*”¹⁷, defendida em 2016. Estes trabalhos, possuem continuidade por parte dessas alunas que fizeram parte do corpo de bolsistas do NDH e partiram em busca de novos olhares no campo da história do trabalho, apresentando propostas

¹⁵ LOPES, Jéssica Bitencourt. A indústria têxtil e de vestuário A.J. Renner e seus trabalhadores no acervo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul (1933-1943). 2018. (Graduação em História) Universidade Federal de Pelotas.

¹⁶ SCHMIDT, Mônica Renata. Em busca dos direitos: Os processos trabalhistas iniciados pelos trabalhadores contra o Frigorífico Anglo de Pelotas-RS, 1943-1945. 2014. (Graduação em História) Universidade Federal de Pelotas.

¹⁷ PIEPER, Jordana Alves. As experiências dos operários têxteis da fábrica Laneira Brasileira em Pelotas /RS (1980-1988). 2016. (Mestrado em História) Universidade Federal de Pelotas.

inovadoras, incentivando a pesquisa através dos processos e documentação referente ao trabalhador.

1.2. A CRIAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO E A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

No início do século XX, com o movimento crescente de trabalhadores nas zonas fabris, surgem novas demandas trabalhistas, visando à melhoria nas condições de trabalho. Contudo, as dificuldades enfrentadas pelos empregados ao não possuir força de mobilização efetiva para que os patrões resolvessem as demandas da maioria, os forçam, sem alternativa, pela abertura de processos trabalhistas. A falta de documentação e provas legais tornavam o andamento do processo mais difícil, além da falta de isonomia que alcançava diversos patamares, dentre os quais gênero e escolaridade estão entre os mais vistos nos autos dos dissídios (SILVA, 2012).

Evidentemente que essas situações não se vinculam apenas ao início do século XX, mostrando-se em situações atuais, através do processo de construção de lutas pelos trabalhadores, que se dá por diversos meios dentre os quais podemos destacar a atuação nas greves e mobilizações. A ação trabalhista foi mais uma das possibilidades do trabalhador iniciar o processo de luta por seus direitos, mas agora pela via judicial, assegurados pela lei, graças a criação da Justiça do Trabalho (JT), datada em 1º de maio de 1941 e a posterior regulamentação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943 (GILL, 2019).

A criação da Justiça do Trabalho ocorreu em um ambiente diferente do que vivemos atualmente, tendo sua elaboração e finalização dentro do regime do Estado Novo. Composta na Constituição de 1934, com caráter de ordem econômica, sendo considerada um órgão especial do Estado, não vinculado a poder judiciário, tendo ampla autonomia. A JT tinha como objetivo agilizar a duração dos dissídios trabalhistas, envolvidos por temáticas sociais, além da tentativa de suprimir os conflitos para que não se tornassem problemas maiores (ROMITA, 1998), o que acabou gerando mobilizações ou greves gerais.

Dessa forma, foram elaboradas medidas para a regulação da JT, muitas das quais estão em vigor até hoje, como grupos sindicais únicos, regulados pelo Estado as quais incluem: a contribuição sindical, atribuída como um mecanismo para a

dominação dessas instituições; o caráter autônomo dos Tribunais do Trabalho, para que não ocorressem acordos fora das vias legais entre as partes; a proibição à greve, sendo esta uma questão de cunho relativo, pois mesmo com a autonomia da JT, o trabalhador não se sentiria impedido do movimento grevista caso seus direitos estejam sendo feridos; cooptação dos líderes sindicais, através da utilização de membros na formação dos órgãos da Justiça do Trabalho (ROMITA, 1998). Entretanto, muito se discute sobre a falta de transformações na JT, necessitando mudanças e revisões acerca de suas leis e seu papel social, já que a mesma foi criada em um regime diferente do qual vivemos, não existindo uma transição entre o regime autoritário e o democrático, tornando-se um órgão incapaz de compreender as novas demandas sociais do trabalho.

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) teve seu anteprojeto no ano de 1942 sofrendo algumas alterações no texto, sendo em 1º de maio de 1943 sua promulgação. A CLT tem como objetivo o estabelecimento de normas para o direito coletivo e individual dentro do ambiente de trabalho, também a sua fiscalização e normas que conferem o direito processual. Essa série de medidas foram tomadas, pois começava-se a observar no Brasil, um ambiente favorável à implementação de tais leis, já que o movimento dos trabalhadores começava a sofrer forte influência dos grupos trabalhistas organizados provenientes da Europa (CEZAR, 2012).

A “ameaça comunista” era a principal preocupação, já que ela tomava conta do mundo e disseminava as ideias de revolução e luta. Esse cenário assustava os conservadores devido a possível perda do controle e da ordem. No Brasil, algumas figuras se destacaram nessa nova empreitada política, como Luís Carlos Prestes, militante do partido comunista, conhecido pela liderança na “Coluna Prestes”, movimento que teve seu início nos anos de 1925, aglutinando simpatizantes por todo o país, alcançando um público entre mil e mil e quinhentas pessoas (CEZAR, 2012). A ideia geral era conscientizar as pessoas que moravam na área rural, que não tinham tanto acesso à informação, a compreenderem mais sobre a luta de classes e sobre seu patronato que tendia à prática de abusos de autoridade. Em contrapartida, movimentos de oposição formaram-se, dando espaço aos Integralistas.

1.3. SANTA MARGARIDA NO CONTEXTO HISTÓRICO VARGUISTA

Nesse contexto de desigualdades, foquemos na educação brasileira que em meados de 1990, sofreu variações devido às muitas reformas estruturais, buscando principalmente, a universalização do ensino fundamental, ou seja, o direito de aprender. Essas políticas, são voltadas ao desenvolvimento social, adotadas para a descentralização administrativa e a financeira do Estado (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009), resultando no repasse de responsabilidades do geral ao específico, ou seja, retira-se o dever da fiscalização do Estado e deixa à cargo de cada instituição, ficando ligada à gestão escolar. O contraponto foi a precarização gradual do ensino com o aumento no número de alunos por turma, por exemplo, o qual gerou deterioração do ambiente de trabalho para o professor que não consegue lidar com o acúmulo de turmas superlotadas. Tal questão se vincula ao que dizem ASSUNÇÃO e OLIVEIRA (2009, p. 351):

Assim, observasse paradoxalmente a noção de justiça social mesclada aos princípios de eficácia que passam a orientar as políticas públicas educacionais, revelando em certa medida um movimento contraditório: a democratização do acesso à escola dá-se ao custo da massificação do ensino.

A massificação do trabalho (OLIVEIRA; ASSUNÇÃO, 2009) é outro fator que desgasta o professor de maneira severa, pois a qualidade na produção por um conteúdo torna-se insuficiente, principalmente no quadro das aulas ministradas. São situações traumatizantes para a classe dos professores, não só pelo desgaste mental, mas também físico, gerando doenças partir do trabalho, como o movimento repetitivo pela escrita, por exemplo, ou até mesmo a utilização do tempo de descanso para tarefas envolvendo o trabalho na escola, somada a ótica de precarização do espaço, sem o suporte necessário para as aulas. Todas essas ações recaem na figura do professor que sofre com a cobrança indevida de certas questões de responsabilidade da gestão escolar: “[...] as críticas externas ao sistema educacional cobram dos professores cada vez mais trabalho, como se a educação, sozinha, tivesse que resolver todos os problemas sociais” (LÜDKE; BOING, 2007, p. 1.188, apud, OLIVEIRA; ASSUNÇÃO, 2009, p. 354). Dessa forma, a educação brasileira passa por um período de transição desde a década de 30, ganhando novas diretrizes, resultado das reformas de base, nas quais o trabalho do professor também sofre influência.

Nesse contexto varguista, surgem as mais diversas demandas a respeito das condições de trabalho, sendo no governo de Getúlio Vargas que ocorrem as maiores adequações nas leis de proteção ao trabalhador. A colaboração da autora Ângela Maria de Castro Gomes, evidencia essas políticas de seguridade que os trabalhadores alcançaram durante o Estado Novo, muitas das quais permanecem em vigor no país, reafirmando todo o contexto de busca pelos direitos do trabalhador com garantias básicas como as férias remuneradas, descanso semanal, jornada de trabalho adequada, hora extra, vale-transporte e o seguro desemprego, seguridades que vão muito além de ações meramente afirmativas, mas também permanentes. Como já vimos, todos esses direitos foram estabelecidos através das leis, fruto das diversas lutas ao longo da história por melhores condições de vida. Com o início dessas leis definidas na época do governo de Getúlio Vargas, o funcionalismo teve disposição para buscar outros benefícios. Posteriormente, a Constituição de 1988 acabou se tornando um marco para a política de valorização dos direitos sociais, implicando em uma maior certificação dos direitos judiciais coletivos (GOMES, 2006):

Nesse sentido, os direitos do trabalho, mantendo-se como direitos sociais que minimizam as desigualdades em uma sociedade capitalista, como foram postulados nas décadas de 1930-40, assumem uma função política precípua, da qual tinham sido destituídos sob o Estado Novo e sob o regime militar, a despeito das estratégias de inclusão social por eles empreendidas. Assumindo essa face abertamente política, tais direitos se tornam um espaço privilegiado para a afirmação de valores democráticos (GOMES, 2006, p. 60).

Nesse contexto, o Colégio Santa Margarida era uma escola preocupada com assuntos de cunho político relacionadas à sociedade pelotense. O Colégio possuía um corpo diretor atuante nessas questões, pois desde seu início enfrentou dificuldades em lidar de frente com rotulações e preconceitos. Em 1936, por exemplo, a escola foi alvo de grande polêmica, por ser tratar de uma instituição vinculada aos preceitos do anglicanismo, sofreu forte pressão vinda da sociedade Católica, em um contexto de embates entre os defensores do ensino público, laico e gratuito e os privatistas na educação. Com relação aos privatistas, havia uma rivalidade no campo educacional entre os católicos e os demais segmentos religiosos. A nota que resultou em todo esse “*frisson*”, foi publicada pelo jornal católico “*A Palavra*”, a publicação dizia que os católicos não deveriam colocar seus filhos em uma escola protestante já que quem cometesse tal ato estaria sob

acusação de pecado, sendo considerado um rebelde, acarretando na pena de excomunhão. Além disso, a Igreja Católica alegava a delimitação do público escolar do Colégio Santa Margarida, indicando que apenas os praticantes da religião anglicana, frequentassem a escola. Dessa forma, o Colégio manifestou-se em sua defesa, alegando que o ensino era destinado a todos e mesmo os professores que não fossem protestantes não seriam, de nenhuma maneira, hostilizados por parte da gestão escolar (AMARAL, 2005).

Com vimos, o alargamento acerca das discussões que permeiam a história do trabalho, se espalham para as fronteiras de todo o Brasil. Assim, possibilitando a discussão em centros menores, como Pelotas, onde podemos ver as potencialidades das fontes situadas no NDH, além da forte atuação da JT nos mais diferentes setores, inclusive no escolar. Contudo, estes trabalhos abrem espaço para novos projetos, como este e muito outros, que buscam a discussão do micro, afim da compreensão do macro (SHIMIDT, 2010), isto é, as perspectivas que se abrem com o estudo de caso de instituições de ensino de cidades do interior, como Pelotas, contribuem para um estudo maior, em relação aos desdobramentos que esta mesma temática pode abordar, de maneira diferente, em cada estado do país.

Neste período de transição, da segunda metade do século XX, o papel das Universidades Públicas no Brasil foi fundamental, fomentando o debate sobre essas temáticas, resultando em diversas leituras sobre o mundo do trabalho. Principalmente, pela percepção de “*trabalhador-organizado*”, pois até meados dos anos 1980, desconsideravam-se os grupos não organizados para o desenvolvimento de estudos. Estes grupos são caracterizados por não possuírem filiação, o que implicava em discussões pouco aprofundadas, já que os mesmos não avaliavam os dados estatísticos. Assim sendo, uma política de guarda de documentação trabalhista era necessária, visando estudos e análises dessas fontes, a fim de intensificar a produção sobre a temática da classe trabalhista (CHALHOUB, 2010).

Vale lembrar, que muitos autores criticam a discussão acerca dos direitos dos trabalhadores, conquistado no governo de Vargas. Muitos consideram o papel dos “*empregados passivos*” questionável, ou seja, trabalhadores sem consciência quanto ao seu papel social, não se mobilizando às questões tangentes ao seu ambiente de trabalho; além do papel dos sindicatos na mesma época. Como aponta SCHMIDT (2010. p. 29):

Essas pesquisas mostraram que a estrutura sindical montada por Getúlio [...] não excluiu na prática a possibilidade de representação legítima e de uma certa autonomia, sobretudo quando a cultura de solidariedade nos locais de trabalho propiciou a emergência de lideranças combativas.

Nesse sentido, podemos perceber como esses movimentos ganharam força por outras vias, de modo organizado, possibilitando ao trabalhador, mesmo sem o aparato sindical, forças nos movimentos de base, constituindo e integrando nossa sociedade ainda nos dias hoje.

1.4. PRODUÇÕES QUE ABORDAM O COLÉGIO ANGLICANO SANTA MARGARIDA

A construção de um horizonte de entendimentos a respeito dos trabalhos desenvolvidos até hoje sobre o Colégio Santa Margarida, palco principal da nossa discussão, é permeado pelas relações que se dão no trabalho de ser professor, discutindo seus desafios na área. O livro organizado pela Professora Doutora Giana Lange do Amaral e sua mãe, também professora, Dona Gladys Lange do Amaral, intitulado “*Colégio Anglicano Santa Margarida: Entre a memória e a história (1934-2005)*”¹⁸, que faz parte do projeto “*Histórias e Memórias de Escolas da Cidade de Pelotas*”, possui um compilado de textos e entrevistas de ex-alunas(os), além de professoras do Colégio Santa Margarida. Nele, é possível aprofundar-se nos relatos e sentir-se parte deles como uma interna ou até mesmo como uma professora da escola. O livro foi desenvolvido durante o último ano de funcionamento das atividades escolares, em 2005, e serve de base como um documento a ser desvendado como fonte. Este livro nos traz um “ar nostálgico” por meio dos relatos; porém, ao mesmo tempo em que sentimos esse ambiente familiar nos escritos, pensamos no aglomerado de processos envolvendo a mesma escola, nos chamando atenção ao que diverge, sobre esta memória que aborda praticamente somente o que foi bom. Entretanto, ocorre que a visão das alunas é muito diferente da visão de professores e ainda que existam relatos destas, não são as mesmas que decidem a abertura dos processos, não sendo elas as protagonistas dos dissídios. É realmente incrível pensar no que viveram e como viveram nesse espaço tão acolhedor, onde até mesmo alguns professores residiam, mas vale lembrar que

¹⁸ AMARAL, G. L.; AMARAL, G.L.. Colégio Santa Margarida: entre a história e a memória. Pelotas: Seiva publicações, 2007.

as relações processuais se dão entre a gestão e seus funcionários, através de aspectos que não eram conhecidos pelos alunos.

Ainda, outros assuntos já permearam o “Santa”, como a dissertação de Alessandro Carvalho Bica, intitulada “*Ginásio Santa Margarida: Um Estudo Sobre a Gênese e a Consolidação de uma Instituição Escolar Anglicana de Ensino na Cidade de Pelotas*”¹⁹, onde ele discute o processo de formação de uma escola protestante em Pelotas e sua atuação nessa construção. A dissertação foi elaborada enquanto o Santa Margarida estava em funcionamento, naquela época, como uma das poucas escolas anglicanas em funcionamento no Brasil, no ano de 2005, sendo somente no início do ano de 2006 a defesa do trabalho.

Outro trabalho de grande relevância do autor envolvendo o “Santa”, foi um artigo derivado de sua dissertação, intitulado “*Entre Marthas e Marias, um olhar sobre a gênese da Educação Feminina de uma Instituição de Ensino Anglicana na cidade de Pelotas*”²⁰, em conjunto com o Professor Dr. Elomar Tambara. Trata-se de uma análise documental, a partir de panfletos, informes e jornais da Igreja Episcopal, debatendo a questão do ensino da escola doméstica e consequentemente as questões de gênero contidas nela. O trabalho analisa a criação das escolas dominicais, estimulando o processo de evangelização das crianças. Através dos internatos, as escolas visavam a não interferência externa na educação dos alunos. Os movimentos de ruptura que aconteceram entre os anos de 1920 e 1930, reestruturaram o ensino religioso, agora dentro do ensino privado no Brasil, devido às políticas de Getúlio Vargas (BICA; TAMBARA, 2005), possibilitando a criação de diversas escolas dominicais no Rio Grande do Sul, como é o exemplo do Colégio Cruzeiro do Sul, escola considerada “prima” do Colégio Anglicano Santa Margarida, mas localizada na capital, Porto Alegre. O Colégio Cruzeiro do Sul, foi outra instituição importante no cenário anglicano no Estado, mas devido a desarticulação que a igreja anglicana sofreu, a instituição encerra suas atividades no ano de 2004, deixando poucos escritos acerca de sua história.

¹⁹ BICA, Alessandro Carvalho. *Ginásio Santa Margarida: um estudo sobre a gênese e a consolidação de uma instituição escolar anglicana de ensino na cidade de Pelotas*. 2006. 103f. História da educação – UFPel, Pelotas.

²⁰ BICA, A. C.; TAMBARA, Elomar. *Entre Marthas e Marias, um olhar sobre a gênese da Educação Feminina de uma Instituição de Ensino Anglicana na cidade de Pelotas*. In: XXIII Simpósio Nacional de História - História: Guerra e Paz, 2005, Londrina. XXIII Simpósio Nacional de História - História: Guerra e Paz, 2005.

Outros trabalhos utilizaram-se da figura do Colégio Santa Margarida, sob novos âmbitos, como o trabalho de SCHLEE (2003), intitulado “*O Último Eclético*”²¹, derivado de uma dissertação de mestrado. O trabalho se utiliza da figura do Colégio para a análise de pontos estruturais, ao exemplificar a arquitetura “modernista” da época, apresentando a escola como modelo na arquitetura de inovação, destacando-se na paisagem pelotense. Ainda, textos que debatem a formação da educação privada em Pelotas e consequentemente a educação de cunho anglicano do Santa Margarida (NEVES; TAMBARA, 2011). Contudo, estudos acerca do ensino normalista em Pelotas, dentre outros trabalhos que citam brevemente as ações do Colégio em seu período de funcionamento.

²¹ SCHLEE, A. R.. O último eclético. ARQTEXTOS (UFRGS), Porto Alegre, v. 3-4, p. 136-144, 2003.

2. ANÁLISE DOS PROCESSOS TRABALHISTAS

A intenção neste capítulo é trabalhar a partir da metodologia de análise documental (CELLARD, 2008), levando em conta os seguintes aspectos: o contexto das fontes, autores, autenticidade e confiabilidade, suporte e conceituação, para então passarmos à análise propriamente. Definida sua estrutura, podemos então, abrir a discussão a respeito das condições de trabalho no ambiente escolar partindo do ponto de vista das fontes, ou seja, do trabalhador.

É fundamental que nesse processo de construção para novos debates, que utilizemos os conflitos judiciais, pois eles servem de base para diversos trabalhos dentro e fora da história e nos ajudam a entender melhor o cotidiano de determinados grupos, bem como, os processos criminais, que observam a partir de grupos excluídos suas demandas sociais trazendo uma nova perspectiva dos homens infames, isto é, sem fama como denominado por Foucault (MAUCH, 2013).

Com isso, partimos mais uma vez à temática do Colégio Santa Margarida. Dentro dos 43 processos que a escola acumulou, vamos tratar dos processos diretamente ligados aos professores, por isso, o recorte se objetiva em 19 processos. As ações abarcam desde os anos de 1962 até os anos de 1991, onde analisaremos questões como o sexo dos demandantes, as demandas e como se concluíram os dissídios. Em alguns discutiremos certos pontos que chamam a atenção nos autos, para contestarmos também a postura da escola quanto a seus funcionários.

Dessas dezenove ações, oito tratam de homologações para demissão, esta prática ocorria tendo em vista a falta de suporte sindical local, dessa forma, o processo tornava-se um meio de oficializar a rescisão do contrato de trabalho, assegurando para ambos os lados a decisão, sendo, na maioria das vezes, a abertura da ação por parte da escola. O interessante é que em uma dessas rescisões, podemos observar ao final do processo uma declaração de uma professora, onde ela explica que sua demissão se deu por motivos puramente particulares e irrevogáveis, mas que deseja à escola progresso e sucesso nos próximos anos, dando votos ao trabalho realizado no ambiente “margaridense”. Este caso, dentro das ações envolvendo professores, caracteriza-se por ser o único que demonstra um apreço explícito pela instituição, mesmo que existam outras rescisões, apenas esta possui declarações afetuosas, por assim dizer.

Outra questão que devemos levar em consideração nos processos, é que nem todas as informações estão explícitas em suas páginas, principalmente pelo fato dos escrivães possuírem uma escrita padronizada, mesmo que em determinados casos ocorra a colocação coloquial das falas dos envolvidos nos autos do processo, mas não são todos que caracterizam-se por esses aspectos, tornando mais difícil localizar dissídios não tão sucintos. Com isso, ao analisar a fonte precisamos ter cuidado ao interpretá-las, pois nem todas descrevem o contexto mais amplo ou certas situações que ocorrem durante, como as “fora do processo”, já que alguns dissídios possuem acordos firmados fora do ambiente judicial resultando na desistência da ação por parte do requerente. Dessa forma, com as informações que temos, podemos levantar hipóteses acerca do que acarretou tal ação ou mesmo de como ela teve seu desenrolar.

Retornando à análise quantitativa, onze dos processos têm mulheres como demandantes e demandadas, incluindo o caso das homologações para demissão; como consequência, oito ações envolvem homens. Destas dezenove, sete homologações dizem respeito às mulheres e duas aos homens, dando provimento sem maiores problemas quanto ao andamento do processo, que se caracterizam por serem findados de maneira ágil, sendo encerrados em pouco tempo, já que é de interesse das partes certo dinamismo. Ademais, vale ressaltar que a presença masculina era menos expressiva dentro do universo das demandas judiciais, como vimos.

Dos dez processos que restam serem observados, quatro têm mulheres como requerentes e seis possuem homens como demandantes. No total dos dez, todos envolvem questões de cunho financeiro, reflexo das decisões que a administração da escola demonstra através dos dissídios; os valores pagos nas ações ultrapassam facilmente a casa dos quatrocentos mil, divididas em cruzeiro, cruzeiro novo, cruzado novo e cruzeiro real; mesmo com a troca das moedas durante o tempo em que os processos ocorreram, aproximando-se em valores atuais tratamos de mais de R\$60.000,00. Já os valores referentes às custas pagas nos processos pela escola excedem trinta mil – também sob o mesmo sistema de trocas – apesar dos valores convertidos para o real atualmente mais serem baixos, chegando a casa dos R\$2.000,00, devido à desvalorização das demais moedas, é fundamental pensar no contexto do valor de mercado e a inflação do período. Por

isso, são valores substanciais para a escola arcar, ainda mais quando se enfrenta periodicamente processos referentes à cobranças de pagamentos à longo prazo.

Os dissídios são destinados puramente às questões trabalhistas, este cenário poderia ter sido diferente se não fosse pela falta de atenção nos pagamentos e registros aos funcionários da escola. Com isso, vale lembrar que estamos tratando dos valores pagos, diferentes dos valores reais requeridos dentro dos processos configurando valores mais elevados que os pagos diretamente. Estes são resolvidos ou reduzidos através de acordos ou contestações como parte da defesa da escola. As ações demonstram a forma de atuação do Colégio em função aos seus empregados, pois passa anos agindo da mesma maneira ao não efetuar os pagamentos de maneira devida.

Reafirmando todo esse contexto de comportamento do Colégio, se percebe em dois dos casos, a necessidade dos professores em abrir um novo processo para a resolução de um primeiro, ou seja, o professor fez a abertura do dissídio pelo pagamento de indenização referente a rescisão de contrato de trabalho por meio de acordo, porém a escola não cumpriu com o pagamento. Dessa forma, vemos nos casos, que passados períodos de um ano e meio a dois anos depois, os professores precisam mais uma vez abrir um novo processo, mas dessa vez é cobrado o valor que não foi pago mais os juros e a correção monetária sofrida com a troca da moeda, de cruzeiro novo para cruzeiro, por exemplo.

Devido a essa política de administração da gestão, este cenário nos leva a crer que a escola buscava o alargamento no tempo de pagamento referente aos funcionários, bem como a maioria dos empregadores. Sabe-se, que os pagamentos das mensalidades efetuadas pelos alunos, eram o principal capital de renda, para o mantimento da escola mas nos parecem insuficientes e limitados, já que a instituição tinha de lidar com alguns estigmas, com relação a facilidade dos alunos em passarem de ano, justamente para que não saíssem da escola, além da crítica da comunidade ao tratar da falta de preparação educacional aos jovens, não conseguindo se voltar ao estudo científico. Nesse caso, muito provavelmente a Igreja Anglicana, responsável pela instituição, tinha de interferir suprimindo as questões administrativas, subsidiando seus pagamentos e vencimentos, quando necessário. Nota-se também, um aglomerado de ações no fim anos 1960 e início dos anos 1970, transparecendo a visão de uma instituição que enfrentava sérias

dificuldades, chegando ao seu limite, sendo pelo menos onze dos dissídios localizados nesse período.

Dentro de um desses processos que precisam ser cobrados através de outro, temos anexadas discussões que nos fazem entender melhor o funcionamento da escola, já que em 1961 ocorre a extinção do curso científico, e acordos para a rescisão de contrato em massa são ofertados aos professores que trabalham nessas turmas. Nos autos é possível ver a relação dos pagamentos através de parcelas, e mais, a relação dos professores que aceitaram a indenização e os que abriram mão de tal quantia, dentre esses vemos a diretora Gladys Rhein que abre mão de sua indenização. Ela era, por muitos, considerada uma figura importante dentro do Santa Margarida, permanecendo anos no seu corpo docente auxiliar, ministrando as aulas de inglês (BICA, 2006). Além da simpatia retratada pelas alunas, demonstradas no livro de AMARAL (2007), Gladys era quem mediava muitas das discussões, sendo a representação do Colégio nos conflitos judiciais, no período em que atuou como diretora. Ainda, sabe-se que parte de alguns desses valores pagos foram convertidos em doações por parte do professorado para a própria escola, em um período onde a figura do professor não era vinculada ao “profissional da educação”, mas provavelmente, nesse caso, aos “anglicanos”.

Ainda, nesse mesmo processo podemos descobrir mais sobre a escola e a relação que ela estabelecia com seus professores, possuindo uma página do processo dedicada a esclarecer melhor o cotidiano de trabalho. No documento, o Colégio explicita que cada professor tem o direito de faltar dois dias no mês sem a necessidade se justificar a direção, mas passando desse número – exceto faltas em função de doença – devem ser comunicadas formalmente a coordenação do Colégio, deixando a cargo da escola aceitar ou não a justificativa de falta. Além disso, a escola possuía a “*Congregação do Colégio Santa Margarida*”, constituídas por reuniões anuais, sempre datadas no final do mês de fevereiro, salvo os casos em que a Direção resolvia convocar uma reunião extraordinária, afim de tratar de assuntos pertinentes à escola, sendo o comparecimento dos professores obrigatório.

Como dito, o documento também explica sobre a extinção do curso científico na escola, causando a demissão de um número considerável de professores, e como se dão as indenizações, divididas em três parcelas, além do pagamento do aviso-prévio. No verso do documento, podemos observar a relação dos professores

que fazem parte do acordo, totalizando dezenove funcionários. Assim, alguns abrem mão de suas indenizações, as revertendo em doações ao Colégio, muito provavelmente em função de alguns professores não serem desligados por completo da escola, somente os com contratos estabelecidos diretamente no curso científico, sendo os demais ligados a outras funções dos cursos oferecidos pelo Colégio.

Podemos observar também, em outro processo de um professor, sendo o único dentre os outros iniciado em conjunto com o Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul, os valores pagos pelo Colégio a ele. Evidente que o salário varia de professor para professor, pois são estabelecidos através do contrato de trabalho valores referentes por aula ministrada. Nesse caso, o professor tem uma carga horária de dez aulas por semana, cerca de cinquenta por mês, tendo sua carga de trabalho completa, sem contar as horas extras exercidas. Dessa forma, o professor declara no processo, que exercendo funções de “carga máxima”, recebe mensalmente o valor de Cr\$9.104,50 (nove mil cento e quatro cruzeiro e cinquenta), aproximado em um valor base de R\$1.282,61²², tendo o professor quatro anos de contrato de trabalho na instituição. Esses números nos dão uma noção da base média dos salários mensais, mas vale lembrar que nem todos exerciam funções de caráter “máximo”, havendo variação.

A respeito das demandas, elas se repetem em alguns conflitos, como o não cumprimento do contrato de trabalho, acarretando em uma despedida considerada injusta por seus requerentes, reduções indevidas de carga horária de trabalho, efetuação tardia ou inexistente do registro no Programa de Integração Social (PIS) e no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), além da falta de pagamentos ou reajustes como insalubridade e adicional legal, férias, 13º salário, horas-extras, aviso-prévio, indenizações, direito ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), repouso semanal e gratificação natalina; todos estes, acompanhados de juros e correções monetárias, quando necessário. Gastos considerados desnecessários, se a escola cumprisse com suas tarefas administrativas, observadas, por exemplo na falta de registro de certos funcionários, que são fundamentais para o recebimento de gratificações e seguros.

²² Os cálculos apresentados na análise são segundo o resultado de correção pelo IGP-DI (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna) é uma das versões do Índice Geral de Preços (IGP), calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Pode ser acessado através do endereço eletrônico: www3.bcb.gov.br/CALCIDADAOPublico/corrigirPorIndice.do?method=corrigirPorIndice

Em grande parte dos processos, vemos a incidência de acordos, na tentativa de diminuir os valores requeridos ou estabelecidos pela JT, mais de 60% dos casos se enquadram em acordos, enquanto que os outros 40% dividem-se em procedentes em parte, procedentes e apenas em um caso temos uma desistência em uma ação, muito provavelmente provocada por um acordo firmado fora do processo, um mês antes da primeira audiência seu encerramento e arquivamento são solicitados, pode-se crer neste fato pois as demandas são pertinente de uma causa “ganha”, já que a ação se considera com fim positivo ao empregado pois tem como requerimento o pagamento de cunho indenizatório, sendo obrigatório o pagamento pelo empregador.

Para encerrar o capítulo, considerando os demandantes e suas resoluções, podemos perceber que os homens tendem a receber mais sobre seus pedidos do que as mulheres, configurando uma política de desigualdades pautada através do gênero, já que são elas que possuem mais homologações e menos processos encerrados com procedência nos pedidos. Não me refiro nesse caso, quanto ao montante do valor recebido, mas a equivalência no que foi pedido e a quantia paga ao funcionário. É o caso, por exemplo, de uma professora que faz o pedido de Cr\$445.262,88 (quatrocentos e quarenta e cinco mil e duzentos e sessenta e dois cruzeiros com oitenta e oito centavos) em valores atuais, aproxima-se de R\$5.305,57; mas recebe Cr\$175.00,00 (cento e setenta e cinco mil cruzeiros), o equivalente à R\$1.609,45, prestando oito anos de serviço à escola, alcançando carga máxima de aulas ministradas por mês, tendo abruptamente, sua carga horária reduzida, além das horas aula que não foram pagas, aviso prévio, repouso semanal, férias, 13º salário, e FGTS, ocorre que a falta desses pagamentos fere o direito trabalhista. Após uma longa defesa da escola, informando que número de turmas estava diminuindo pela saída dos alunos da escola, o argumento se caracteriza por não ter outra saída, gerando um acordo seguido do pagamento.

O outro caso, relativo à um professor bastante semelhante ao primeiro tem seu desfecho diferente, pois ele tem sua carreira firmada na escola a cerca de 5 anos, com sua também carga horária máxima mensal, o pedido do processo totaliza Cr\$109.897,33 e recebe Cr\$90.000,00, correspondente respectivamente à R\$14.819,49 e R\$10.299,19; suas demanda são muito parecidas, pagamento das diferenças salariais, horas extras, repouso semanal, FGTS, PIS e gratificação natalina. O que chama a atenção é a equivalência na proximidade do valor pedido

com o valor pago, possuindo praticamente as mesmas demandas e ocorrendo no início dos anos 1980, os dois conflitos, ficando evidente que algo impedia que o processo se findasse de maneira completa à professora.

Com isso, podemos ter um panorama das questões que permeiam o ofício do professor no caso do Colégio Anglicano Santa Margarida, trabalhando com as questões trabalhistas dentro de uma instituição religiosa e como era complicada a resolução positiva dos dissídios sem acarretar em uma visão de “soberba” que a escola criava frente aos pedidos. Em conclusão, espero ter atendido às expectativas, trazendo mais um desdobramento sobre a temática da história do trabalho, contribuindo ainda mais para ampliação do conhecimento na área, completando uma das diversas lacunas ainda existentes nesse cenário de conflitos judiciais e o educandário religioso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste trabalho concluo com satisfação ao conseguir desenvolvê-lo, já que trata-se de mais um passo na contribuição da construção da história do Colégio Santa Margarida, ao qual tanto tive afinidade no decorrer deste trabalho, aprendendo a cada dia sobre este espaço que nem sempre foi de minha convivência mas que passou a ser – pois não sou natural da cidade de Pelotas, mas da cidade de São Gabriel/RS, a qual possui atualmente apenas uma instituição de ensino vinculado às instituições religiosas, a Escola Nossa Senhora do Perpetuo Socorro, nesse caso ligada à igreja católica. Por isso, a importância em pesquisar a partir de fontes, como os processos trabalhistas, já que estes revigoram o sentimento do historiador em revisitar o passado, por outros meios, tão importante quantos os documentos oficiais, através dos indícios que o dissídio nos apresenta.

Evidentemente que este trabalho possui um caráter inicial de pesquisa, buscando abrir, ainda mais, as fronteiras das discussões dentro do ambiente escolar, abordando tanto as condições de trabalho do professor, bem como sua relação com a gestão da escola. A possibilidade que se tem em trabalhar no campo da história do trabalho e da educação são as mais diversas, como vimos no decorrer deste trabalho, e é devido a essa versatilidade que esta área chama atenção, trabalhando sob a perspectiva das pessoas reais, que vão à luta pelo seus

direitos, me fazendo sentir parte de um “pedacinho” de sua história, por menor que seja. Assim, partindo do ponto de formação do professor, procuro entender melhor suas necessidades, pautadas a partir de uma formação plural, atenta aos interesses dos alunos, mas também da escola, ainda mais quando tratamos de ensino direcionado pela comunidade religiosa. Assim, podemos desvendar alguns dos problemas enfrentados pela profissão, atualmente tão debilitada, ampliando essas vivências ao elevar estas práticas a um novo patamar, entrando na luta junto aos nossos professores.

Desse modo, fica praticamente inevitável a comparação com os dias de hoje, com as atuais políticas de cortes e parcelamentos de salários; as situações que o professor encontra ao chegar diariamente na escola, tanto da má administração municipal/estadual pública, quanto à precarização gradual do ensino, com seu sucateamento, mas também as diversas situações de violência expostas à alunos e professores, somada a negligência do Estado com a qualidade de vida do cidadão, cenário bastante diferente no meio social privado, que enfrenta outras problemáticas, como o descrédito de uma educação de qualidade, baseada nos números de classificação da escola e não do aluno, pensada na política de lucros.

Destaco também, a importância desta investigação para os trabalhos que se seguirem no campo da história do trabalho e da educação, proporcionando novos olhares as instituições de ensino na cidade de Pelotas. Este trabalho e o levantamento tanto das aproximadamente 300 ações trabalhistas, bem como a relação envolvendo apenas os processos do Colégio, estarão disponíveis para consulta e pesquisa dentro do espaço do NDH. Este, que me proporcionou novas vivências e olhares, me fazendo estreitar laços com esse campo, conhecendo novas pesquisas e autores, contribuindo muito para minha formação acadêmica, incentivando-me ainda mais a seguir por este caminho.

Por fim, preciso dizer que pretendo dar continuidade a este projeto, que como dito no início deste trabalho, trata-se de uma motivação pessoal, alçando vãos maiores e mais longínquos, buscando debater com mais profundidade teorias e métodos clássicos da história, além de incorporar o novo, já que essa documentação está longe de ter sua discussão esgotada, pelo contrário, este é só o primeiro passo, do começo de um longo caminho, que busca a compreensão dos conflitos trabalhistas sob a ótica do professor.

FONTES

PROCESSOS – **Primeira vara** – n. 701/1962, 370/1967, 1647/1967, 1652/1967, 1414/1968, 2900/1968, 242/1970, 494/1970, 662/1970, 777/1970, 821/1970, 1121/1970, 499/1981, 615/1981, 665/1984. Acervo da Justiça do Trabalho do NDH-UFPeL.

PROCESSOS – **Segunda vara** – n. 494/1976, 493/1978, 238/1989, 1498/1991. Acervo da Justiça do Trabalho do NDH-UFPeL.

REFERÊNCIAS

AMARAL, G. L.; AMARAL, G.L.. **Colégio Santa Margarida: entre a história e a memória**. Pelotas: Seiva publicações, 2007.

ASSUNÇÃO, Ada Ávila; OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Intensificação do trabalho e saúde dos professores. Educação & Sociedade** (Impresso), v. 30, p. 349-372, 2009.

BICA, A. C.; TAMBARA, Elomar. **Entre Marthas e Marias, um olhar sobre a gênese da Educação Feminina de uma Instituição de Ensino Anglicana na cidade de Pelotas**. In: XXIII Simpósio Nacional de História - História: Guerra e Paz, 2005, Londrina. XXIII Simpósio Nacional de História - História: Guerra e Paz, 2005.

BICA, A. C.; TAMBARA, Elomar. Um estudo de caso em história da Educação: o Colégio Diocesano Santa Margarida. **Anais Congresso da Asphe**, 2006.

BICA, Alessandro Carvalho. **Ginásio Santa Margarida: um estudo sobre a gênese e a consolidação de uma instituição escolar anglicana de ensino na cidade de Pelotas**. 2006. 103f. História da educação – UFPeL, Pelotas.

CELLARD, A. **A análise documental**. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

CEZAR, F. G.. **O Processo de Elaboração da CLT: Histórico da Consolidação das Leis Trabalhistas brasileiras em 1943**. Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros, v. 1, p. 13/3-20, 2012.

CHALHOUB, Sidney. **O conhecimento da história, o direito à memória e os arquivos judiciais**. In: SCHMIDT, Benito. (Org). Trabalho, justiça e direitos no Brasil. Pesquisa histórica e preservação das fontes. São Leopoldo: Oikos, 2010, p. 90-105.

GILL, L. A. **A luta de Olga por seus direitos: imigração, saúde e trabalho de mulheres em Pelotas, RS (década de 1940)**. HISTÓRIA (SÃO PAULO), v. 38, p. 1-20, 2019.

GILL, L. A; SCHEER, M. I. (Org.). **À beira da extinção: memórias de trabalhadores cujos ofícios estão em vias de desaparecer**. 1. ed. Pelotas: Editora UFPel, 2015. v. 1. 128 p.

GILL, Lorena Almeida; LONER, Beatriz Ana. **O Núcleo de Documentação Histórica da UFPel e seus acervos sobre questões do trabalho**. Esboços (UFSC), v. 21, p. 109-123, 2014.

GILL, Lorena; LONER, Beatriz Ana; VASCONCELLOS, Marciele. **Rastros, relatos, memórias: os processos trabalhistas e as fontes orais na pesquisa histórica**. Revista Latino-americana de História, v. 1, p. 420-431, 2012.

GOMES, A. M. C.. **Retrato falado: a Justiça do Trabalho na visão de seus magistrados**. Estudos Históricos (Rio de Janeiro), v. 37, p. 55-80, 2006.

HOBBSBAWM, Eric. J. **A Era das Revoluções: Europa 1789-1848**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

HOBBSBAWM, Eric. J. **A Era do Capital**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOBBSBAWM, Eric. J. **A era dos impérios, 1875-1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

LINDEN, Marcel Van der. **História do trabalho: o velho, o novo e o global**. Revista Mundos do Trabalho, v.1, n.1, janeiro-junho de 2009.

LOPES, Aristeu Elisandro Machado. **História e memória dos trabalhadores no Rio Grande do Sul: O acervo da Delegacia Regional do Trabalho, 1933-1943**. Revista Memória em Rede, v. 7, p. 01-15, 2015.

LOPES, Aristeu Elisandro Machado; DROPPA, A. (Org.); SPERANZA, C. G. (Org.). **História do Trabalho Revisitada: Justiça, Ofícios, Acervos**. 1. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2018. 300 p.

LOPES, Jéssica Bitencourt. **A indústria têxtil e de vestuário A.J. Renner e seus trabalhadores no acervo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul (1933-1943)**. 2018. (Graduação em História) Universidade Federal de Pelotas.

MATTOS, M. B.. **A Formação da Classe Operária Inglesa: História e Intervenção**. Trabalho Necessário, v. 12, p. 1-24, 2014.

MAUCH, Cláudia. O processo crime para além dos crimes. In: **XI Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul**. Anais: produzindo História a partir de fontes primárias. Porto Alegre: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 2013. p. 17-31.

PIEPER, Jordana Alves. **As experiências dos operários têxteis da fábrica Laneira Brasileira em Pelotas /RS (1980-1988)**. 2016. (Mestrado em História) Universidade Federal de Pelotas.

ROMITA, A. S.. **Justiça do Trabalho: produto do estado Novo**. Gênesis - Revista de Direito do Trabalho, v. 62, p. 173-187, 1998.

SCHMIDT, B. B.. **Em busca da terra da promessa: a história de dois líderes socialistas**. Porto Alegre: Palmarinca, 2004. v. 1. 510 p.

SCHMIDT, B. B.. **Trabalho, justiça e direitos no Brasil: pesquisa histórica e preservação das fontes**. 1. ed. São Leopoldo: Oikos, 2010. v. 1. 144 p.

SCHMIDT, Mônica Renata. **Em busca dos direitos: Os processos trabalhistas iniciados pelos trabalhadores contra o Frigorífico Anglo de Pelotas-RS, 1943-1945**. 2014. (Graduação em História) Universidade Federal de Pelotas.

SEVCENKO, Nicolau. **Construindo Princípios**. In: Mesa Redonda a Era de Hobsbawm, Campinas, 1997/1998. Anais História Social. Campinas: CESIT, 1997/1998. p. 47-52.

SILVA, Fernando Teixeira da. **"Justiça de classe": tribunais, trabalhadores rurais e memória**. In: IV Seminário PROCAD/CAPES UNICAMP-UFBA-UFC. 2012.

SILVA, Fernando Teixeira da; GOMES, Angela de Castro (Org.). **A Justiça do Trabalho e sua História: os direitos dos trabalhadores no Brasil**. 1. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013. v. 1. 528 p.

SPERANZA, C. G.. **Cavando direitos: as leis trabalhistas e os conflitos entre os mineiros de carvão e seus patrões no Rio Grande do Sul (1940-1954)**. 1. ed. São Leopoldo: Oikos - Coleção ANPUHRS, 2014. 295 p.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. v. I, A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VENZKE, Lourdes Helena Dummer. **Formação docente em Pelotas/RS (décadas de 1940 a 1960): uma questão de gênero**. Textura (Canoas), v. 24, p. 105-119, 2011.

LEITURAS COMPLEMENTARES

LAPUENTE, Janaína Soares Martins. A difusão do Método da Abelhinha - XV Congresso de Iniciação Científica da UFPeL. In: XV Congresso de Iniciação Científica e VIII Encontro de Pós-Graduação da UFPeL, 2006, Pelotas. **XV Congresso de Iniciação Científica e VIII Encontro de Pós-Graduação da UFPeL**, 2006.

LEVINSKI, Eliara Zavieruka. **A dimensão político-pedagógica do processo participativo no ensino público municipal de Getúlio Vargas/RS**. 2008. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MARSICO, Thayná Vieira. Núcleo de Documentação Histórica: O acervo da Justiça do Trabalho. In: Semana Integrada UFPel, 4, 2018, Pelotas. **Anais V Congresso de Extensão e Cultura**: Ed. da UFPel, 2018. 386 p.

MARSICO, Thayná Vieira. O Núcleo de Documentação Histórica da UFPel como um espaço de extensão, ensino e pesquisa: um estudo sobre o Colégio Santa Margarida. In: Semana Integrada UFPel, 5, 2019, Pelotas. **Anais VI Congresso de Extensão e Cultura**: Ed. da UFPel, 2019. 210 p.

NEVES, H. A.; TAMBARA, E. A. C. Gênese e Desenvolvimento do Ensino Privado na Cidade de Pelotas-RS (1875-1975). In: **VI Congresso Brasileiro de História da Educação: Invenção, Tradição e Escritas da História da Educação no Brasil**, 2011, Vitória-ES. VI Congresso Brasileiro de História da Educação, 2011.

SCHLEE, A. R.. **O último eclético**. ARQTEXTO (UFRGS), Porto Alegre, v. 3-4, p. 136-144, 2003.

TANURI, L. M.. **História da formação de professores**. Revista Brasileira de Educação, Campinas-SP, v. 14, p. 61-88, 2000.